



**JÚRI NACIONAL DE EXAMES**

**PROVAS FINAIS E PROVAS DE EQUIVALÊNCIA À**  
**FREQUÊNCIA do 9.º ano**  
**(2017)**

**INFORMAÇÕES AOS ALUNOS**

maio de 2017

# **I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE AS PROVAS FINAIS E PROVAS DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA**

1. **As provas finais de 9º ano são obrigatórias.** Realizam-se em duas fases, com uma única chamada, sendo a 1.ª fase obrigatória para todos os alunos, excetuando-se os referidos nas alíneas f) e i) do n.º1 do artigo 5.º do despacho normativo n.º1-A/2017 (aqueles que não reúnam condições de admissão à provas e os alunos retidos por faltas).
2. Os alunos internos do 9.º ano de escolaridade são automaticamente inscritos para a 1ª fase pelos serviços administrativos do Agrupamento, nas Provas Finais de Português e de Matemática, excetuando os alunos referidos no n.º2 do artigo 4º (alunos do CEF).
3. **Não são admitidos, à 1ª fase, às provas finais do 9.º ano os alunos que, após a avaliação do 3.º período, tenham obtido:**
  - a) Classificação de nível 1 simultaneamente nas disciplinas de Português e Matemática;
  - b) Classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas, desde que
    - i) Nenhuma seja Português ou Matemática
    - ii) Uma seja Português ou Matemática e tenha obtido nível 1.
  - c) Classificação inferior a 3 em quatro disciplinas, exceto se duas forem Português e Matemática e nelas tiver obtido classificação de nível 2;
  - d) Classificação de frequência inferior a 3 em três ou mais disciplinas, sem prejuízo do referido anteriormente.
4. **Datas para a realização das Provas Finais:**
  - 1.ª fase (**obrigatória**): 19 de junho (PLNM); 22 junho (Português) e 27 de junho (Matemática);
  - 2.ª fase (situações excecionais devidamente comprovadas): 20 de julho (PLNM); 21 julho (Português) e 24 de julho (Matemática).
5. A 2.ª fase destina-se aos alunos que:
  - a) Não reuniram as condições de aprovação estabelecidas para o 3.º ciclo, após a realização da 1.ª fase.
  - b) Estejam nas condições referidas nas alíneas f) e i) do n.º 1 do artigo 5.º do despacho normativo n.º1-A/2017;
  - c) Tenham faltado à 1.ª fase por motivos graves, de saúde ou outros, não imputáveis ao aluno, devidamente comprovados. Nestas situações, o encarregado de educação ou o aluno, quando maior, deve apresentar a respetiva justificação ao diretor da escola no prazo de cinco dias úteis a contar do dia seguinte ao da realização da prova a que o aluno faltou. A autorização de realização das provas é da responsabilidade do diretor, após análise de cada caso.
6. As provas finais de ciclo são cotadas na escala percentual de 0 a 100, sendo a classificação final da prova convertida na escala de níveis de 1 a 5, de acordo com a seguinte tabela:

Percentagem	Nível
0 a 19 . . . . .	1
20 a 49 . . . . .	2
50 a 69 . . . . .	3
70 a 89 . . . . .	4
90 a 100 . . . . .	5

7. Os alunos que não obtenham aprovação na avaliação sumativa final do 3.º período ou que tenham ficado retidos por faltas **podem inscrever-se na 1.ª fase nas provas de Equivalência à Frequência em todas as disciplinas com classificação inferior a 3, nos dois dias úteis a seguir ao da afixação das pautas** de avaliação do 3.º período, e para a 2ª fase nas provas finais, bem como em disciplinas com classificação final inferior a 3, após a 1ª fase, podendo optar pela inscrição apenas nas provas de equivalência que lhes permitam reunir as condições de aprovação para o final de ciclo.
8. Os alunos que não tenham obtido aprovação na avaliação sumativa final, após a realização das provas finais na 1ª fase, podem inscrever-se, para a 2ª fase, nas provas finais e ou provas de equivalência que lhes permitam reunir as condições de aprovação para o final de ciclo, entre os dias 14 e 18 de julho de 2017.
9. As Provas de Equivalência à Frequência realizam-se em duas fases, com uma só chamada, que decorrem nas datas a seguir indicadas:
  - 1.ª fase: 19 a 28 de junho de 2017
  - 2.ª fase: 20 a 27 de julho de 2017.
10. As provas finais do 9.º ano têm a duração de 90 minutos e tolerância de 30 minutos.
11. No 9.º ano, a prova final de Matemática é composta por dois cadernos, não podendo os alunos abandonar a sala entre a recolha do caderno 1 e a distribuição do caderno 2.

12. A classificação final a atribuir às áreas disciplinares sujeitas a provas finais é o resultado da média ponderada, com arredondamento às unidades, da classificação obtida na avaliação sumativa interna do 3.º período letivo e da classificação obtida pelo aluno na prova final, sendo que esta tem o peso de 30%.
13. **Condições de aprovação para alunos do 9.º ano:**  
No final do 9.º anos, os alunos internos e autopropostos não progridem e obtêm a menção de Não Aprovado, se estiverem numa das seguintes condições:
- Tiverem obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas disciplinas de Português (ou PLNM) e de Matemática;
  - Tiverem obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas.
14. A não realização de qualquer prova ou componente da prova implica a não atribuição de classificação nessa disciplina e, conseqüentemente, a retenção do aluno no 9.º ano de escolaridade, exceto para os alunos dispensados da realização das provas.
15. As pautas referentes aos resultados das provas finais do 9.º anos de Português e de Matemática são afixadas nas seguintes datas:
- 1.ª Chamada: 14 de julho de 2017;
  - 2.ª Chamada: 4 de agosto de 2017.
16. Os resultados dos processos de reapreciação das provas finais do 9.º ano são afixados a 14 e 25 de agosto de 2017.

## **II - ASPETOS A TER EM CONSIDERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

(Excertos da Norma 02/JNE/2017)

### **4. MATERIAL ESPECÍFICO AUTORIZADO**

- Nas provas de equivalência à frequência dos 1.º e 2.º ciclos, as respostas são dadas no próprio enunciado ou em modelo próprio da EMEC, de acordo com decisão da escola.
- As folhas de prova a utilizar nas provas finais de ciclo do ensino básico, nos exames finais nacionais do ensino secundário, nas provas/exames a nível de escola e nas provas de equivalência à frequência são de modelo próprio da EMEC, sendo quadriculadas nas provas de Matemática (92), Matemática A (635), Matemática B (735) e MACS (835).
- As folhas de prova para as provas finais e exames nacionais são enviadas às escolas pela EMEC, em quantidade adequada ao número de alunos que aí prestam provas.
- As folhas de prova a utilizar nas provas de equivalência à frequência do ensino básico e ensino secundário são requisitadas à EMEC.
- O papel de rascunho (formato A4) é fornecido pela escola devidamente **carimbado**, sendo **datado e rubricado** por um dos professores vigilantes. O papel de rascunho não pode ser entregue ao examinando antes da distribuição dos enunciados.
- Durante a realização das provas de exame os alunos apenas podem usar o material autorizado nas Informações-Prova, da responsabilidade do IAVE, nas Informações-Prova Final/Exames a nível de escola e nas Informações-Prova de equivalência à frequência, da responsabilidade da escola, devendo cada aluno, na sala de prova ou exame, utilizar apenas o seu material.
- As Informações referidas no número anterior devem ser afixadas, com a devida antecedência, para conhecimento dos alunos e encarregados de educação.
- Relativamente às **máquinas de calcular** deve ter-se em atenção o seguinte:
  - Na prova final de ciclo de Matemática do 9.º ano (92) e nos exames finais nacionais de Economia A (712) e Física e Química A (715) só são autorizadas as calculadoras que respeitem as características técnicas previstas no ofício-circular S-DGE/2017/1194, de 28 de março, ou seja, apenas calculadoras não alfanuméricas e não programáveis, as quais se caracterizam por não terem inscrito no teclado todo o abecedário, possuindo apenas teclas com algumas letras que permitem ter acesso a memórias numéricas que funcionam como constantes.
  - Nos exames finais nacionais de Matemática A (635), Matemática B (735) e Matemática Aplicada às Ciências Sociais (835) só são autorizadas as calculadoras que respeitem as características técnicas previstas no ofício-circular S-DGE/2017/1194, de 28 de março. Este ofício-circular deve ser afixado em lugar de estilo na escola ou divulgado pelos meios mais utilizados pela escola, já que tem por objetivo informar os alunos e os professores coadjuvantes, dos modelos mais comuns existentes em Portugal, que satisfazem as condições exigidas.

## ATENÇÃO – UTILIZAÇÃO DE CALCULADORAS

### PROVAS FINAIS E EXAMES FINAIS NACIONAIS:

- Sempre que os alunos se apresentem a prova final ou a exame final nacional com uma calculadora cujas características técnicas não se enquadrem nas condições previstas, levantando dúvidas quanto à legitimidade da sua utilização, é-lhes permitido o seu uso, devendo obrigatoriamente ser preenchido o **Modelo 04/JNE**.
- Excecionalmente, a escola pode proceder ao empréstimo de uma calculadora, quando possível, na situação referida ou no caso de avaria, devendo o examinando preencher igualmente o Modelo 04/JNE, para arquivo na escola.
- Na situação em que a calculadora suscite dúvidas, é preenchido também o **Modelo 04-A/JNE**, o qual é enviado ao responsável do agrupamento do JNE, após o termo da prova, que, por sua vez, o remete à Comissão Permanente do JNE, via delegação regional do JNE, para análise e decisão final.
- **Caso se venha a confirmar o uso de calculadora com características técnicas diferentes das previstas, a prova de exame é anulada.**
- Os alunos **só podem levar para a sala de exame uma única calculadora.**

4.9. Os alunos do 3.º ciclo e ensino secundário que realizem provas e exames e possuam uma calculadora suscetível de levantar dúvidas relativamente às suas características deverão, até 31 de maio, solicitar na escola a confirmação da possibilidade de utilização da mesma. Nesta situação, o diretor deve emitir declaração, a ser entregue aos alunos, ficando uma cópia arquivada na escola.

4.10. É permitido o uso de dicionários, nos termos definidos no artigo 31.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência Ensino Básico e do Ensino Secundário.

4.11. O Secretariado de exames, em conjunto com o professor coadjuvante, define os procedimentos para verificação do material a usar pelos alunos. Tal verificação deve ocorrer antes do início da prova.

### 6. SALAS E VIGILÂNCIA

6.8. Para a realização das provas finais, exames finais nacionais, provas e exames a nível de escola e provas de equivalência à frequência, os alunos não podem ter junto de si quaisquer suportes escritos não autorizados como, por exemplo, livros, cadernos, ou folhas nem quaisquer sistemas de comunicação móvel como computadores portáteis, aparelhos de vídeo ou áudio, incluindo telemóveis, relógios com comunicação *wireless* (*smartwatch*), bips, etc.. Os objetos não estritamente necessários para a realização da prova como mochilas, carteiras, estojos, etc. devem ser recolhidos por elementos da escola ou colocados junto à secretária dos professores vigilantes, devendo os equipamentos aí colocados, ser devidamente desligados.

### ATENÇÃO

**Qualquer telemóvel, relógios com comunicação *wireless* (*smartwatch*), ou outro meio de comunicação móvel que seja detetado na posse de um aluno, quer esteja ligado ou desligado, determina a anulação da prova pelo diretor da escola.**

### 9. CONVOCATÓRIA DOS ALUNOS

9.1. Os alunos devem apresentar-se na escola, junto à sala ou local da prova, **30 minutos antes da hora marcada** para o início da prova.

9.2 **A chamada** faz-se pela ordem constante nas pautas referidas no n.º 3, 20 minutos antes **da hora marcada para o início da prova** e devem ser seguidos os procedimentos referidos no n.º 6.10

9.3 Na eventualidade de algum aluno se apresentar para a realização de provas ou exames sem constar da pauta, pode ser admitido à prestação da prova, a título condicional, desde que se verifique uma das seguintes situações:

- a) Haver indícios de erro administrativo;
- b) O diretor decidir autorizar a sua inscrição fora de prazo.

9.4 **Os alunos que se apresentam na sala de realização da prova após o início do tempo regulamentar não podem realizar a prova ou exame.**

## INFORMAÇÃO IMPORTANTE

30  
min

Os alunos devem comparecer junto à sala da prova **30 min** antes da hora marcada para o seu início

20  
min

A chamada é efectuada **20 min** antes da hora marcada para o início da prova

**Após a hora de início do tempo regulamentar da prova, não é permitida a entrada dos alunos**

### 10. IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS

- 10.1. Os alunos não podem prestar provas sem serem portadores do seu **Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade** ou de documento que legalmente o substitua, desde que este apresente fotografia. O **Cartão de Cidadão / Bilhete de identidade** ou o documento de substituição devem estar em condições que não suscitem quaisquer dúvidas na identificação do aluno.
- 10.2. Para fins de identificação dos alunos não são aceites os recibos de entrega de pedidos de emissão de cartão de cidadão. Os alunos que apresentem este documento são considerados indocumentados, devendo efetuar os procedimentos referidos no n.º 10.4.
- 10.3. Os alunos nacionais ou estrangeiros que não disponham de cartão de cidadão/bilhete de identidade, emitido pelas autoridades portuguesas, podem, em sua substituição, de acordo com o n.º10.1, apresentar título de residência, passaporte ou documento de identificação utilizado no país de que são nacionais ou em que residem e que utilizaram no ato de inscrição. Neste caso, devem ser igualmente portadores do documento emitido pela escola com o número interno de identificação que lhes foi atribuído.
- 10.4. Os alunos que não apresentem qualquer documento de identificação podem realizar a prova, devendo um elemento do Secretariado de Exames elaborar um auto de identificação, utilizando para o efeito os Modelos 02/JNE, 03/JNE e 03-A/JNE, para os alunos que frequentarem a escola e para os alunos externos à escola ou que, apesar de frequentarem a escola, não possam ser identificados por duas testemunhas.
- 10.5. No caso dos alunos que frequentam a escola, o auto (Modelo 02/JNE) é assinado por um elemento do Secretariado de Exames, pelas testemunhas e pelo aluno. No caso de um aluno menor, a situação deve ser comunicada de imediato ao encarregado de educação, o qual toma conhecimento da ocorrência, assinando também o respetivo auto.
- 10.6. No caso de alunos externos à escola ou que, apesar de frequentarem a escola, não possam ser identificados por duas testemunhas, o auto (Modelo 03/JNE e 03-A/JNE) é assinado pelo coordenador do secretariado de exames e pelo aluno, que deve apor, igualmente, a impressão digital do indicador direito. No caso de um aluno menor, a situação deve ser comunicada de imediato ao encarregado de educação, o qual toma conhecimento da ocorrência, assinando também o respetivo auto.
- 10.7. **Nos dois dias úteis** seguintes ao da realização da prova, os alunos referidos no número anterior, acompanhados dos respetivos encarregado de educação, quando menores, devem comparecer na escola, com o documento de identificação, e apor novamente a sua impressão digital do indicador direito sobre o auto elaborado no dia da prova, sob pena de anulação da mesma.
- 10.8. Os alunos referidos no n.º 10.6. que se encontrem a revalidar o documento de identificação, devem comparecer na escola, acompanhados dos respetivos encarregados de educação, quando menores, com o documento de identificação, logo após a sua renovação, efectuando os procedimentos referidos no número anterior.
- 10.9. Qualquer dúvida que surja no processo de identificação dos alunos deve o director da escola contactar de imediato a Comissão Permanente do JNE.
- 10.10. No caso de não se verificar a confirmação da identidade do aluno no prazo estabelecido e se a prova já tiver sido enviada ao Agrupamento de Exames, para classificação, o director deve solicitar informação ao respetivo responsável.

## 11. DISTRIBUIÇÃO DAS FOLHAS DE RESPOSTA

- 11.1. Terminada a chamada e atribuídos os lugares, os professores responsáveis pela vigilância devem distribuir o papel de prova nas disciplinas em que a prova não é resolvida no próprio enunciado.
- 11.2. Aos alunos não é permitido escrever nas folhas de resposta antes da distribuição dos enunciados das provas, à exceção do preenchimento do respetivo cabeçalho.

## 12. PREENCHIMENTO DO CABEÇALHO DO PAPEL DE PROVA

- 12.1. No cabeçalho das folhas de resposta, o aluno deve inscrever:
  - a) **Na parte destacável:**
    - O seu nome completo, de forma legível e sem abreviaturas;
    - O número do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade e local de emissão, no caso de ser portador de bilhete de identidade;
    - Assinatura, conforme o Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade ou documento de identificação equivalente;
    - A designação e o código da prova que se encontra a realizar como, por exemplo, prova de Português (91) ou prova de Matemática B (735);
    - Ano de escolaridade e fase.
  - b) **Na parte fixa:**
    - Novamente a designação e o código da prova que se encontra a realizar;
    - O ano de escolaridade e fase;
    - Versão 1 ou 2, no caso das provas do quadro referido no n.º6.4, conforme enunciado distribuído.
    - No final da prova, o número de páginas utilizadas na sua realização.
- 12.2. Caso haja rasura no preenchimento dos itens referidos no número anterior, especialmente nas situações em que o aluno já tenha registado respostas a questões da prova, a folha não deverá ser substituída, sendo a alteração registada de modo legível. Esta alteração deve também ser claramente identificada no reverso da parte destacável do cabeçalho, sendo neste local apostas as assinaturas de, pelo menos, um professor vigilante e do aluno. Por exemplo: Rasurei o número de cartão de cidadão, devendo ler-se....., a que se seguem as assinaturas.
- 12.3. Nas provas de equivalência à frequência realizadas no próprio enunciado da prova, este deverá estar preparado para garantir o respetivo anonimato, sendo necessário introduzir um cabeçalho e um talão destacável.
- 12.4. Os alunos referidos no n.º 10.3. (nacionais ou estrangeiros) devem registar, no local destinado ao número do cartão de cidadão/bilhete de identidade, o número interno de identificação que lhes foi atribuído, indicando, como local de emissão, a referência “número interno”.

## 13. ADVERTÊNCIAS AOS ALUNOS

- 13.1. Os professores responsáveis pela vigilância devem avisar os alunos do seguinte:
  - a) Não é permitido escrever o nome em qualquer outro local das folhas de resposta, para além dos mencionados no n.º 13;
  - b) Não é permitido escrever comentários despropositados ou descontextualizados, nem mesmo invocar matéria não lecionada ou outra particularidade da sua situação escolar;
  - c) Só é permitido usar caneta/esferográfica de tinta azul ou preta indelével;
  - d) Não é permitido utilizar fita ou tinta corretora para correção de qualquer resposta, devendo riscar, em caso de engano;
  - e) Não é permitido escrever nas margens da prova nem nos campos destinados às cotações;
  - f) Na prova final de Matemática do 3.º ciclo do ensino básico, só é permitido utilizar lápis nos itens para os quais tal está expressamente previsto na Informação-Prova do IAVE, I. P.. Nos exames de Matemática A, Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais, a utilização do lápis só é permitida nos itens que envolvem construções que impliquem a utilização de material de desenho, devendo o resultado final ser apresentado a tinta;
  - g) As provas ou parte de provas realizadas a lápis, sem indicação expressa, não são consideradas para classificação;
  - h) Só é permitida a expressão em língua portuguesa nas respostas às questões das provas e exames excetuando-se, obviamente, as disciplinas de língua estrangeira;
  - i) Só é permitido o uso de dicionários nos termos definidos no artigo 31.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e de Equivalência à Frequência do Ensino Básico e do Ensino Secundário.
  - j) Não é permitido abandonar a sala antes de terminado o tempo regulamentar da prova;
  - k) Não é permitida a ingestão de alimentos, à exceção de água, durante a realização das provas e exames (sem prejuízo do determinado para os alunos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, alunos com problemas de saúde, não abrangidos pelo mesmo decreto e alunos com incapacidades físicas temporárias, desde que expressamente autorizados pelo Diretor ou pelo Presidente do JNE).

## 16. DURAÇÃO DA PROVA

- 16.2. A contagem do tempo de duração das provas realizadas em folhas de prova de modelo da EMEC inicia-se logo que concluída a distribuição dos enunciados aos alunos.
- 16.3. A prova final de Português (91) inclui um grupo de compreensão do oral, tendo como suporte textos áudio.
- 16.4. A prova final de Matemática (92) é composta por dois cadernos, entregues no mesmo saco. Na 1.ª parte da prova, os alunos realizam o Caderno 1, no qual podem utilizar calculadora (cf. Informação-Prova). Na 2.ª parte da prova os alunos realizam o Caderno 2, no qual não é autorizada a utilização de calculadora.
- 16.5. A 1.ª parte da prova referida no número anterior tem a duração de 35 min + 10 min, não podendo ser este período de 10 min considerado uma verdadeira tolerância já que os alunos não podem sair da sala de aula. Na prática, todos os alunos deverão usufruir deste tempo extra para a realização do Caderno 1.
- 16.6. No final da 1.ª parte da prova mencionada no n.º 16.4., está previsto um intervalo técnico de 5 min durante o qual os alunos não abandonam a sala e os professores **vigilantes recolhem as calculadoras**, devidamente **identificadas com o nome dos alunos**, e distribuem o Caderno 2, mas sem recolha do Caderno 1 nem das folhas de resposta relativas a esse Caderno.
- 16.7. A 2.ª parte da prova mencionada no n.º 16.4. tem a duração de 55 min, com uma tolerância efetiva de 20 min, sendo recolhidas, somente no final da prova, as folhas de resposta relativas aos Cadernos 1 e 2.
- 16.8. No quadro seguinte, apresentam-se os tempos relativos à realização da prova final de Matemática (92) tendo em consideração a existência de dois cadernos:

**Prova final de Matemática /1.ª e 2.ª Fase**

	Tempo sem uso de tolerância	Tempo com uso de tolerância
<b>Início da prova</b>	<b>9:30 h</b>	
1.ª parte – Caderno 1	35 min	
<b>Final da 1.ª parte</b>	<b>10:05 h</b>	<b>10:15 h</b>
Período para recolha das calculadoras e distribuição do Caderno 2, sem recolha do Caderno 1 e das respectivas folhas de resposta	5 min	
<b>Reinício da prova</b>	<b>10:20 h</b>	
2.ª parte – Caderno 2	55 min	
<b>Conclusão da prova</b>		
Recolha conjunta das folhas de resposta relativas aos cadernos 1 e 2.	11:15 h	11:35 h

- 16.12. Os alunos que pretendam usufruir da tolerância só podem abandonar a sala no final da mesma.

## 18. SUBSTITUIÇÃO DAS FOLHAS DE RESPOSTA

- 18.1. Os alunos podem riscar respostas ou parte de respostas que não queiram ver consideradas na classificação, sem necessidade de substituição da folha de prova.
- 18.2. As folhas de prova não deverão ser, por princípio, substituídas. Em caso de força maior que possa implicar a transcrição de alguma folha de prova, por exemplo, mancha ou rasgão significativos, deve o facto, de imediato, ser comunicado ao secretariado de exames, sendo os itens transcritos para nova folha, após o final da prova.
- 18.3. As folhas inutilizadas provenientes das situações descritas nos dois números anteriores são entregues no secretariado de exames, conjuntamente com as provas recolhidas, não seguindo, em caso algum, para classificação.

## 19. DESISTÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA PROVA

- 19.1. Em caso de desistência de resolução da prova não deve ser escrita pelo aluno qualquer declaração formal de desistência, nem no papel da prova nem em qualquer noutro suporte.
- 19.2. O aluno não pode abandonar a sala antes do fim do tempo regulamentar da prova.
- 19.3. A prova é enviada ao Agrupamento de Exames, para classificação, ainda que tenha só os cabeçalhos preenchidos.

## 20. ABANDONO NÃO AUTORIZADO DA SALA

- 20.1. Se, apesar de advertido em contrário, algum aluno abandonar a sala antes do fim do tempo regulamentar da prova, os professores responsáveis vigilantes devem comunicar imediatamente o facto ao Diretor da escola.
- 20.2. O Diretor toma as providências adequadas para impedir a divulgação da prova, não permitindo, nomeadamente, que o aluno leve consigo o enunciado, a folha de resposta e o papel de rascunho e assegurando, em caso algum, volte a entrar na sala de prova.
- 20.3. Nesta situação, a prova é anulada pelo Diretor, ficando a prova anulada em arquivo na escola, para eventuais averiguações.

## 23. IRREGULARIDADES E FRAUDES

Na ocorrência de quaisquer irregularidades ou fraudes são aplicáveis os artigos n.ºs 32.º e 33.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

## **CAPÍTULO III**

### **REAPRECIÇÃO E RECLAMAÇÃO DAS PROVAS E EXAMES**

#### **44. COMPETÊNCIA PARA A REAPRECIÇÃO DE PROVAS**

44.1. É da competência do JNE a reapreciação das seguintes provas de exame:

- Provas finais do 3º ciclo do ensino básico;
- Exames Finais Nacionais do ensino secundário;
- Provas de equivalência à frequência;
- Exames a nível de escola de línguas estrangeiras equivalentes a exames nacionais.
- Provas e exames a nível de escola

#### **45. PROVAS PASSÍVEIS DE REAPRECIÇÃO**

45.1. É admitida a reapreciação das provas finais, exames finais nacionais, exames a nível de escola de línguas estrangeiras equivalentes a nacionais e provas de equivalência à frequência de cuja resolução haja registo escrito em suporte papel, suporte digital ou produção de trabalho tridimensional.

45.2. Quando a prova, para além da resolução escrita, incluir a observação do desempenho de outras competências, nomeadamente componente prática ou produção oral, só é passível de reapreciação a parte escrita.

#### **46. EFEITOS DA APRESENTAÇÃO DO PEDIDO**

46.1. A formalização do pedido de reapreciação de uma prova implica a suspensão da classificação que fora inicialmente atribuída.

46.2. A classificação que resultar do processo de reapreciação é aquela que passa a ser considerada para todos os efeitos, ainda que inferior à inicial, sem prejuízo do estabelecido no número seguinte.

46.3. A classificação final da reapreciação pode ser inferior à classificação atribuída aquando da classificação da prova, não podendo, no entanto, implicar em caso algum, a reprovação do aluno quando este já tiver aprovado com base na classificação inicial, caso em que a classificação final da reapreciação será a mínima necessária para garantir a aprovação.

#### **47. FASES DO PROCESSO**

47.1. No processo de reapreciação há a considerar duas fases distintas:

- a) A consulta das provas, que se destina a permitir que o aluno possa conhecer a classificação que foi atribuída a cada questão da prova;
- b) A reapreciação propriamente dita, que tem início quando o aluno, após a consulta da prova, entende prosseguir o processo de reapreciação e, por esse motivo, apresenta o requerimento de reapreciação e a alegação.

#### **48. PEDIDO DE CONSULTA DA PROVA**

48.1. O requerimento de consulta da prova (Modelo 09/JNE), apresentado pelo encarregado de educação ou pelo próprio aluno, quando maior, deve ser sempre dirigido ao Diretor da escola.

48.2. O requerimento é apresentado em duplicado, no prazo de **dois dias úteis**, após a publicação da respetiva classificação, servindo este de recibo a devolver ao requerente.

48.3. Os encarregados de educação dos alunos filhos de profissionais itinerantes que pretendam solicitar a reapreciação das provas e exames, devem fazê-lo através da escola de matrícula do seu educando.

#### **49. REALIZAÇÃO DA CONSULTA**

49.1. No prazo máximo de dois dias úteis, após a entrega do requerimento, devem ser facultados aos alunos as cópias da prova realizada, mediante o pagamento dos encargos com a reprodução, os quais devem estar em linha com os encargos referentes a fotocópias praticados pela escola.

49.2. A consulta do original da prova só pode ser efetuada na presença do diretor, subdiretor, adjunto do diretor ou do coordenador do secretariado de exames.

#### **50. FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO**

50.1. O requerimento deve ser formalizado, nos **dois dias úteis** seguintes ao prazo mencionado no n.º 49.1., através do Modelo 11/JNE, dirigido ao Presidente do JNE.

50.2. O pedido de reapreciação é acompanhado de alegação justificativa, a apresentar no Modelo 11-A/JNE.

50.3. Quando a alegação não for redigida no Modelo 11-A/JNE, deve ser anexada ao referido modelo, o qual serve folha de rosto.

50.4. Se a reapreciação incidir exclusivamente sobre erro na soma das cotações, o requerente deve apresentar o Modelo 10/JNE devidamente preenchido, não havendo neste caso lugar a alegação nem sendo devido o depósito de qualquer quantia.

50.5. Os modelos referidos devem, preferencialmente, ser preenchidos em formato digital, disponíveis em <http://www.dge.mec.pt/modelos>, sendo depois impressos e assinados para apresentação na escola.



## 51. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO NA ESCOLA

51.1. Cada pedido de reapreciação dá origem à organização de um processo constituído por:

- a) Modelo 12/JNE;
- b) Alegação justificativa Modelo 11-A/JNE;
- c) Original da prova realizada pelo aluno, sem o talão destacável, que fica guardado na escola, com o número confidencial de escola tapado com tinta preta, de forma a ficar completamente ilegível;
- d) Enunciado da prova e critérios de classificação, quando se tratar de provas a nível de escola, incluindo provas adaptadas para alunos com necessidades educativas especiais, e transcrição de ficheiro áudio, caso se aplique;
- e) Informação-Prova de equivalência à frequência ou Informação-prova a nível de escola, sem a identificação da escola.

51.2. O processo é organizado de forma a garantir **rigorosamente** o anonimato do aluno.

51.3. O original do requerimento da reapreciação fica arquivado na escola.

## 52. ENVIO DOS PROCESSOS AO AGRUPAMENTO DO JNE

52.1. Os processos devem ser agrupados por código de prova/disciplina e entregues pelo Diretor da escola ou por professor devidamente credenciado no agrupamento do JNE, em envelopes separados, que são identificados, no exterior, com a etiqueta do Modelo 07/JNE e acompanhados da guia de entrega Modelo 08/JNE, extraídos do programa ENEB.

52.2. A entrega dos processos no Agrupamento do JNE deve ser efectuada logo que a sua organização esteja concluída, tendo em consideração os curtos prazos disponíveis para a distribuição das provas pelos professores relatores

## 53. PROFESSORES RELATORES

53.1. Os professores relatores são designados pelo responsável do agrupamento do JNE de entre os professores classificadores que integram as bolsas

53.2. Os professores relatores devem ter classificado provas da fase a que refere a respetiva reapreciação, mas não as provas que lhe foram atribuídas.

53.3. Sempre que necessário, os professores relatores devem comunicar com um supervisor do IAVE, I. P.

53.4. Os professores relatores devolvem as provas reapreciadas e restante documentação ao agrupamento do JNE, dentro do prazo definido pelo respectivo responsável.

## 54. PROCEDIMENTOS A ADOTAR PELA ESCOLA APÓS A REAPRECIAÇÃO

54.1. O diretor da escola ou professor devidamente credenciado faz o levantamento, no agrupamento do JNE, de todos os processos de reapreciação, dos quais devem constar as provas reapreciadas, as alegações justificativas, os pareceres dos relatores, as grelhas de classificação e os despachos de homologação.

54.2. Desvendado o anonimato das provas, o diretor da escola autoriza a afixação dos resultados da reapreciação, nas datas fixadas no calendário de provas e exames, constituindo este o único meio oficial de comunicação destas informações aos interessados.

54.3. Compete ainda ao diretor da escola, através do coordenador do secretariado de exames, assegurar a repetição dos procedimentos definidos no n.º 44, de forma a atualizar os dados em função das classificações da reapreciação e ordenar o envio, por correio eletrónico, desses dados ao JNE – programas ENEB e ENES.

## 55. RECLAMAÇÃO

55.1. O requerimento da reclamação deve ser formulado no Modelo 14/JNE e a fundamentação deve ser exarada nos Modelos 14-A/JNE.

55.2. Para efeitos de reclamação, devem ser facultadas ao interessado (mediante pagamento dos encargos) fotocópias das diferentes peças do processo – nomeadamente, dos pareceres dos professores relatores e das grelhas de classificação, devendo proceder-se, na escola, à ocultação das assinaturas do professor classificador e dos professores relatores, pelos meios adequados, no sentido de preservar o seu anonimato.

55.3. Os modelos referidos devem, preferencialmente, ser preenchidos em formato digital, disponíveis em <http://www.dge.mec.pt/modelos>, sendo depois impressos e assinados para apresentação na escola.

## 56. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO

56.1. Compete ao Diretor da escola enviar ao Presidente do JNE (Avenida 24 de Julho nº140 – 6º - 1399-025 LISBOA) as reclamações apresentadas ao resultado da reapreciação, no **dia seguinte** ao da respetiva entrada nos serviços administrativos da escola.

56.2. Do processo de reclamação do resultado da reapreciação devem constar os seguintes documentos, organizados e não agrafados:

- a) O requerimento do interessado devidamente preenchido, sem ocultação dos dados identificativos, Modelo 14/JNE;
- b) A fundamentação da reclamação, Modelos 14-A/JNE;

- c) O original da prova (incluindo o talão destacável);
- d) O enunciado da prova e os critérios de classificação, no caso de prova a nível de escola;
- e) A Informação-Prova de Equivalência à Frequência ou a Informação-Prova a Nível de Escola, quando aplicável, sem identificação da escola;
- f) Transcrição do teor dos ficheiros áudio da componente de compreensão oral, no caso de provas e exames elaboradas a nível de escola;
- g) A alegação justificativa da reapreciação;
- h) As grelhas e os pareceres dos professores relatores;
- i) A ata de homologação do resultado de reapreciação.

#### **57. CONCLUSÃO DO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO**

Devolvido o processo de reclamação ao diretor da escola pelo Presidente do JNE, a ocorrer no prazo máximo de trinta dias úteis, contados a partir da data da apresentação da reclamação na escola, o diretor nomeia responsáveis pela repetição dos procedimentos definidos no n.º43., de forma a atualizar os dados em função do resultado da reclamação e enviar nova remessa de dados, por correio eletrónico, com a maior urgência possível, ao responsável do agrupamento do JNE.

**ATENÇÃO:** A versão integral deste documento encontra-se disponível para consulta na Secretaria da sede do Agrupamento de Escolas de Amares (Escola Secundária).